



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO – PED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR



## **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

### **INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR**

**KELLY APARECIDA MANI DE MELO**

**ORIENTADORA: DRA. FATIMA ALI ABDALAH ABDEL CADER-NASCIMENTO**

**BURITIS-MG/2015**



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO – PED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR



**KELLY APARECIDA MANI DE MELO**

## **INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UAB/UnB - Pólo de Buritis-MG.

Orientadora: Dra. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento.

BURITIS-MG /2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**KELLY APARECIDA MANI DE MELO**

### **INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28 de novembro de 2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

Profa. Dra. Fátima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento (Orientadora)

---

Profa. Ms. Claudia Borges da Fonseca (Examinadora)

---

Kelly Aparecida Mani de Melo (Cursista)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente ao meu pai Ricardo  
Aparecido Mani;

Às minhas professoras e professores pela valiosa contribuição  
para minha formação;

À minha orientadora Dra. Fátima Ali Abdalah Abdel Cader-  
Nascimento pelos incentivos no momento em que já não  
acreditava que poderia conseguir.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que é a fonte de toda sabedoria.

Ao meu pai Ricardo Aparecido Mani.

À Professora Dra. Fátima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento por nos fazer acreditar em nossos potenciais.

Ao tutor do polo de Buritis, Professor Pedro Paulo por sua atenção e carinho.

À Professora Débora nossa tutora virtual pela sua disponibilidade e palavras de incentivo.

À todos aqueles que de uma forma ou de outra ofereceram seu apoio, contribuindo para a realização deste curso.

Agradeço a Universidade Aberta do Brasil – Universidade de Brasília pela oferta do Programa de Formação Continuada dos Professores. Sem o incentivo desta política pública seria muito difícil, senão, impossível de realizar um curso de especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão.

À todos os meus colegas de curso.

## RESUMO

A presente pesquisa apresentou como objetivo conhecer o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Justifica-se, inicialmente, por promover a composição de um conhecimento científico acerca do tema, a partir do método qualitativo de pesquisa. Participaram uma supervisora pedagógica e uma professora de uma escola pública. O trabalho foi desenvolvido em uma escola da rede pública do Estado de Minas Gerais que possui sala de recursos e alunos com deficiência matriculados na rede regular. Utilizou-se um roteiro de entrevista semi-estruturado na coleta de dados. Os resultados da pesquisa revelaram que o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais ainda não está consolidado na escola investigada devido à escassez de recursos materiais, pedagógicos e acessibilidade. Os dados mostram que a inclusão parece ampliar a autonomia, a interdisciplinaridade e a multiplicidade na construção do conhecimento. Segundo as colaboradoras as políticas de inclusão são inócuas e precisam ser efetivadas pelas instituições e pela sociedade para que possam garantir os direitos dos alunos especiais. A pesquisa revelou que a adaptação dos alunos especiais depende em grande parte das adaptações da infra-estrutura, dos recursos materiais, didáticos, do comportamento e aceitação da comunidade escolar para com esses alunos, tornando o ambiente apto para acolhê-los. As colaboradoras ressaltaram, ainda, que são indispensáveis alterações no planejamento, nos objetivos, nas atividades e formas de avaliação além da adoção de métodos lúdicos para facilitar a compreensão dos conteúdos. Os dados permitem concluir que apesar dos desafios, a inclusão na escola pesquisada abriu a percepção de todos para o valor e importância da diversidade como fonte de desenvolvimento mútuo e respeito às diferenças.

**Palavras-Chave:** Inclusão. Ensino Regular. Educação Especial. Supervisão pedagógica.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>10</b>
1.1 – Aspectos conceituais gerais sobre educação inclusiva .....	10
1.2 – A inclusão como prática escolar .....	11
1.3 – Inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola.....	14
1.4 – Novo tipo de escola, novos tipos de alunos .....	16
<b>II – OBJETIVOS .....</b>	<b>18</b>
2.1 – Objetivo Geral.....	18
2.2 – Objetivos Específicos.....	18
<b>III – METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
3.1 – Referencial Teórico Metodológico.....	19
3.2 – Contexto da Pesquisa .....	19
3.3 – Participantes .....	21
3.4 – Materiais .....	22
3.5 – Instrumento de Construção de Dados .....	22
3.6 – Procedimento de Construção de Dados .....	22
3.7 – Procedimentos de Análise de Dados .....	23
<b>IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>24</b>
4.1 – Análise das questões do Roteiro de Entrevistas com a Supervisora Pedagógica e com a Professora .....	24
4.2 – Análise das questões relativas à categoria desafios da inclusão.....	24
4.3 – Análise das questões relativas à categoria superação dos desafios da inclusão .....	28
<b>V – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>37</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>39</b>
A – Questionário para a Supervisora Pedagógica .....	40
B – Questionário para a Professora.....	42
<b>ANEXOS.....</b>	<b>46</b>
A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Supervisora Pedagógica .....	47
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professora.....	48
C – Carta de Apresentação .....	49

## APRESENTAÇÃO

Os estudantes com necessidades educativas especiais têm sido foco de grandes e importantes discussões em todo o país, particularmente no que se refere à questão da inclusão desses sujeitos em ambientes da educação regular. Contudo, ainda há muito que se fazer nessa área, pois, sendo a cidadania um direito de todos no Brasil, esses estudantes ainda são, de certa forma, extremamente discriminados no que se refere aos processos de inclusão.

Para que esse processo de inclusão seja uma realidade palpável e abrangente, é fundamental que hajam adaptações no sentido de acolher as diferenças e proporcionar a tão esperada inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ambiente escolar e deste para o ambiente social e mercado de trabalho.

Nesse sentido, Freire (1992) considera que as práticas escolares devem reconhecer a ação do sujeito em interação com os outros, com o meio ambiente, com a cultura e o contexto, constituindo-se numa ação, permanentemente negociada e renegociada com o que acontece nos momentos de ensino-aprendizagem.

Compartilhando a visão do autor, acredita-se que as práticas escolares inclusivas devem ser dinâmicas e se adequarem às mais diversas situações e condições dos processos de aprendizagem. Isso significa dizer que os instrumentos de aprendizagem devem se renovar e atender às exigências de cada situação e suas especificidades.

Dessa forma, a adequação e adaptação dessas práticas corresponderão às expectativas de uma educação inclusiva que venha colaborar com os alunos com necessidades educacionais especiais, posicionando-os frente a uma educação de vanguarda, inclusiva, que sirva aos interesses sociais, valorizando dessa forma a democracia e o direito ao acesso à educação.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é conhecer como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Para que se possa compreender a temática abordada, faz-se necessário apreender os conceitos relativos à educação inclusiva e às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional acerca da sua estrutura no tocante aos estudantes com necessidades educativas especiais.

O trabalho de campo foi desenvolvido com base numa pesquisa qualitativa com a supervisora pedagógica e uma professora, em uma escola pública que oferece



educação fundamental e que possui em seu projeto a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.

As discussões teóricas que subsidiaram esse trabalho tomaram por base as teorias e conhecimentos de respeitados autores e pesquisadores das áreas da educação e também aqueles que possuem foco na inclusão como Stainback, Freire, Sassaki, Guimarães, Mantoan, Demo, assim como nas legislações e declarações relativas à educação inclusiva.

O problema de pesquisa da presente monografia pode ser resumido a partir da seguinte questão: *“De que forma estão sendo promovidas as adaptações necessárias ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na escola regular?”*

Essas adaptações são essenciais para que haja a inclusão entre todos aqueles que fazem parte do processo educativo, envolvendo, portanto, toda a comunidade escolar, num esforço contínuo pela inclusão dos alunos e assim consolidar cada vez mais os princípios fundamentais garantidos constitucionalmente.

A partir desses princípios constitucionais, pode-se considerar que a razão mais importante para o ensino inclusivo é introjetar em toda a comunidade escolar o valor da igualdade. Deve-se ensinar os alunos por meio do exemplo de que, apesar de todas as diferenças, todos possuem direitos iguais perante a Lei.

O ensino inclusivo constitui-se em conceito essencial para a manifestação e consolidação dos princípios fundamentais da igualdade, solidariedade, fraternidade, dentre uma série de outros.

No âmbito pessoal e institucional, a pesquisa se justifica primeiramente por promover a inserção da aluna no universo da pesquisa acadêmica onde se aprende vários métodos de sistematização do conhecimento. Para a instituição onde será realizada a pesquisa, os benefícios decorrem da análise dos resultados do estudo compreendido capaz de fornecer uma visão mais ampla do objeto de estudo.

No âmbito acadêmico, a pesquisa buscará contribuir para a composição de conhecimentos e perspectivas acerca de uma realidade de estudo específica que poderá servir como fonte de pesquisa da comunidade acadêmica.

No âmbito social, a pesquisa traz uma série de benefícios para a compreensão da problemática da inclusão no universo da educação e os esforços da instituição, objeto da pesquisa, no sentido de promoverem a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na escola regular.

O trabalho foi estruturado de modo que, em sua parte inicial foi apresentado o tema, levantada a questão problema de pesquisa e as justificativas que levaram ao seu desenvolvimento. Em seguida foi realizada a fundamentação teórica que embasou o estudo. Na segunda parte foram apresentados os aspectos metodológicos que foram utilizados para sistematizar a elaboração da pesquisa. Definida como qualitativa, com instrumento de pesquisa baseado em roteiros de entrevista semi-estruturados, o passo seguinte foi analisar os resultados da pesquisa e realizar a discussão dos resultados obtidos. Por fim, foram elaboradas as considerações finais do estudo com a exposição dos seus resultados.

## **I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1 – Aspectos conceituais gerais sobre educação inclusiva**

A educação inclusiva apresenta um novo paradigma educacional. Segundo Moraes (1997), esse tipo de educação é uma nova forma de trabalhar com o aluno, devendo ser aprendida por toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, está disposto na Declaração de Salamanca (1994, p. 4) que:

O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.

De acordo com Demo (2000), a educação inclusiva impõe uma nova realidade para as escolas que devem se dedicar à re-elaboração do saber tradicional construído por décadas sem as preocupações devidas com aqueles que exigem métodos especiais de aprendizagem.

Assim, a defasagem entre a realidade apresentada na rede escolar e os ideais pretendidos pela Declaração de Salamanca bem como nas diretrizes curriculares da educação nacional, comprometem decisivamente o pleno desenvolvimento das práticas educativas voltadas às crianças com necessidades especiais comprometendo a inclusão desses alunos.

Nas práticas pedagógicas baseadas no construtivismo, segundo Mantoan (1989), é fundamental considerar que a construção do conhecimento objetivo deve passar por diversos níveis de reestruturação. É função do professor, levar as crianças a perceber as contradições, desequilibrar-se e buscar superar essas contradições, ultrapassando assim, sua antiga forma de conceber o conhecimento.

As contradições citadas pela autora referem-se às diferenças entre o que é considerado normal e o que é considerado “anormal”, ou seja, tudo aquilo ou aquele que foge aos padrões de normalidade e como tal, merecem um olhar diferenciado e acolhedor por parte de toda a comunidade escolar.

De acordo com Carvalho (2000), a educação inclusiva está relacionada às práticas de inclusão de todos os tipos de alunos sem que para tanto sejam

considerados os seus talentos, suas deficiências, origem socioeconômica ou aspectos culturais. Nesse sentido, deve-se construir ambientes e estruturas escolares capazes de satisfazer às necessidades de todos os alunos, por meio da dedicação de profissionais competentes e qualificados.

Para Freire (1992), nos ambientes de salas de aulas inclusivas, observa-se um crescimento mútuo, em que as crianças enriquecem suas experiências por terem a oportunidade de aprender umas com as outras, cuidando e dispensando maior atenção umas com as outras, onde são desenvolvidas as atitudes, as habilidades e os valores necessários para a promoção da inclusão.

Num ambiente que segue esses preceitos é comum o estabelecimento de relações baseadas no respeito às diferenças proporcionando a formação de crianças mais sensíveis e humanizadas capazes de compartilhar suas experiências de vida para o crescimento e desenvolvimento de todos.

## **1.2 – A inclusão como prática escolar**

Pode-se considerar que a inclusão é um tema relativamente recente, pois, há algumas décadas, as pessoas que atualmente necessitam métodos especiais de aprendizagem, eram consideradas inválidas e inúteis tanto para a sociedade e principalmente para o mercado de trabalho.

De acordo com a Organização das Nações Unidas o processo de formação das pessoas com necessidades educacionais especiais deve ocorrer num ambiente de inclusão, ou seja, nas instituições de educação regulares. Para tanto, é necessário que essas instituições incluam em seus planejamentos, em suas estruturas administrativas e em suas práticas pedagógicas sistemas que garantam a inclusão a partir das adaptações na infra-estrutura de acesso e no próprio sistema de ensino (ONU, 1983).

Sob a perspectiva da Organização das Nações Unidas, acerca da educação para as pessoas com necessidades especiais, a organização considera que:

Os Estados Membros devem adotar políticas que reconheçam os direitos das pessoas portadoras de deficiência à igualdade de oportunidades na educação com relação aos demais. A educação das pessoas portadoras de deficiência deve-se dar, na medida do possível, dentro do sistema escolar geral. A responsabilidade pela sua educação deve ser incumbência das autoridades da educação e as leis referentes à educação obrigatória devem incluir as crianças portadoras de todo tipo de deficiência, inclusive as mais gravemente incapacitadas (ONU, 1983).

O Brasil foi um dos países que contribuíram com o processo de elaboração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. De acordo com a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, o artigo 24 da referida convenção, trata da educação, definindo que:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

- a. O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- b. O máximo desenvolvimento possível da personalidade, dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- c. A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre (CORDE, 2007, p. 28).

O que se pode observar é que as organizações internacionais de direitos humanos, com o apoio de países signatários, vêm se preocupando cada vez mais com a inclusão das pessoas com deficiências nos diversos ambientes da vida cotidiana, como forma de garantir-lhes os direitos indispensáveis ao pleno exercício da cidadania.

Outro instrumento relevante na luta contra a discriminação dessas pessoas foi a publicação do Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001, que promulgou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (BRASIL, 2001).

O referido Decreto estabelece em seu Artigo III que para alcançar os objetivos da convenção, o Estado brasileiro se compromete a:

**Art. III -** Tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade (BRASIL, 2001).

Para tanto, o Estado e a sociedade civil devem participar conjuntamente dos esforços para a eliminação de quaisquer tipos de discriminação e promover a inclusão das pessoas com deficiências, desde as adaptações infra-estruturais que garantam a acessibilidade dessas pessoas aos espaços públicos e privados até a garantia da inclusão nas escolas regulares.

De acordo com Fonseca (1997), os pais têm um papel fundamental no processo de estimulação das crianças com necessidades educacionais especiais. É esse auxílio e com muita dedicação que essas crianças conseguirão superar os obstáculos e se incluírem tanto na educação regular quanto no convívio social.

Ainda considerando a visão do autor, o mesmo considera que, ao nascer, a criança com algum tipo de deficiência já se encontra numa situação de limitação, o que se agrava quando essa criança se insere no ambiente escolar. Esse momento representa inicialmente uma ruptura da criança com a sua família e depois a sua inserção na vida escolar e social (FONSECA, 1997).

Esse processo de ruptura e inclusão dessa criança em ambientes diversos daquele que ela está acostumada pode gerar traumas, insegurança, medo, enfim, a criança enfrentará o desconhecido que, dependendo do ambiente, poderá ser hostil ou receptivo, de acordo com o grau de aceitabilidade das diferenças.

Retomando as disposições do Decreto nº 3.956/2001, verifica-se que existe um forte apelo no sentido de se promover a acessibilidade aos ambientes públicos e também privados das pessoas com deficiências. Essas medidas fazem parte dos esforços de promover a inclusão e minimizar a sensação de inutilidade das pessoas com deficiências para que elas possam se inserir e se envolver socialmente, culturalmente e educacionalmente (BRASIL, 2001).

Na prática educativa, a questão da inadaptação não está relacionada apenas às pessoas com necessidades educacionais especiais, mas também aos demais alunos que não conseguem desenvolver suas atividades cognitivas conforme os padrões estabelecidos pelos currículos (GUIMARÃES, 2002).

Nesse sentido, equipes especializadas devem saber identificar e analisar caso a caso para que se possa definir os métodos mais adequados aos alunos da educação especial. Esse trabalho de identificação do tipo de deficiência é essencial para que os pais possam ser orientados, para se estabelecer quais as técnicas pedagógicas a serem adotadas no processo de ensino-aprendizagem, para que se possa evitar a negligência tanto dos familiares quanto dos profissionais da educação que lidam com essas crianças e por fim, estimular o desenvolvimento psicomotor das mesmas.

### 1.3 – Inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola

As deficiências possuem caráter temporário intermitente ou permanente. Atualmente, convencionou-se que seria mais adequado substituir o termo deficiência por Necessidades Especiais por ser menos pejorativo.

De acordo com Sassaki (1998), o termo deficiência soa desagradável e tem origem na condição atípica de determinadas pessoas, as quais sofrem preconceitos e enfrentam grandes dificuldades para se inserirem na vida social e profissional. Dessa forma, geralmente são usurpadas de seus direitos que são os mesmos garantidores do restante da sociedade.

As pessoas com necessidades especiais além de possuírem as limitações comuns a todos os seres humanos apresentam ainda as limitações decorrentes dos seus problemas cognitivos, o que as coloca numa posição de completa desvantagem com relação às pessoas consideradas 'normais'.

Nesse sentido, o processo de inclusão exige uma série de adaptações nas infra e super-estruturas sociais e de acesso dessas pessoas como forma de garantir o acolhimento e a integração, garantindo-lhes a cidadania e todos os direitos constitucionais.

A história da educação especial que atualmente designamos de inclusiva, passou pelas fases de exclusão e segregação institucional, em seguida pelas fases de integração e inclusão propriamente dita.

Uma definição muito bem sintetizada é apresentada por Kirk e Gallagher (1987 apud ROSAL, 2000, p. 59-60), que diz:

[...] historicamente existem quatro estágios de desenvolvimento das atitudes em relação às Crianças excepcionais. Primeiramente, na era pré-cristã, tendia-se a negligenciar e maltratar os deficientes. Num segundo estágio, com a difusão do cristianismo, passou a protegê-los e compadecer-se deles. Num terceiro período, nos séc. XVIII e XIX, foram fundadas instituições para oferecer-lhes uma educação à parte. Um último estágio situa-se no séc. XX, quando se observa um movimento que tende a aceitar as pessoas deficientes e a integrá-las, tanto quanto possível.

As pessoas com necessidades especiais num primeiro momento eram simplesmente excluídas dos ambientes social e familiar sendo segregadas em instituições que as acolhiam, mas que não assistiam essas pessoas de forma adequada. Na fase de segregação institucional, portanto, as crianças com deficiências

eram levadas a instituições que trabalhavam voluntariamente autorizadas pelo governo entretanto sem o menor apoio deste. Eram instituições cristãs que proliferaram e passaram a cuidar dessas pessoas com a assistência da igreja (SASSAKI, 1998).

Na perspectiva desse autor, a fase de integração se deu nos séculos XVIII e XIX, momento em que começaram a surgir as primeiras classes para educação especial nas escolas regulares. Entretanto, foi um momento em que foram tecidas muitas críticas devido à inserção no ambiente da escola regular que não possuía infraestrutura adequada, nem um currículo adequado às exigências da educação especial nem mesmo um quadro de professores capacitados sem falar na falta de materiais didáticos apropriados (SASSAKI, 1998).

Ainda hoje pode ser observada a falta de infra-estrutura, de adequação curricular e também a falta de profissionais capacitados, que não conseguem trabalhar as diferenças no ambiente de sala de aula. Não se pode ‘jogar’ uma criança com necessidades educacionais especiais numa sala de aula do ensino regular e esperar que ela acompanhe o restante da turma que isso não ocorrerá em momento algum. É preciso trabalhar métodos diferentes para pessoas diferentes, o que é uma tarefa humanamente impossível.

A fase atual da inclusão pode ser considerada como uma fase de mudanças e adaptações das perspectivas educacionais e também dos métodos e técnicas tradicionais de ensino.

Segundo Guimarães (2002), a inclusão escolar abraça as crianças com necessidades educacionais especiais, porém, vai muito além dessa prática, pois para ser considerada inclusiva, a escola deve qualificar seus professores para tratarem com as diferenças, preparar seus alunos ‘normais’ para recepcionarem as crianças especiais, o pessoal da administração deve saber lidar com situações diversas como a discriminação, enfim, o sucesso da inclusão exige que toda a comunidade escolar se esforce e trabalhe com a mente aberta e sem quaisquer preconceitos.

Na perspectiva da autora, uma escola para ser verdadeiramente inclusiva deve oferecer toda uma gama de suporte para os alunos especiais, professores, administração, que vai desde as adequações na estrutura, passando pelas adaptações dos currículos, aceitabilidade, mobiliários, materiais didáticos adequados, enfim, uma série de aspectos que possibilitem a inclusão dos alunos especiais, promovendo a diversidade, que é fator indispensável para o crescimento dos alunos



(GUIMARÃES, 2002).

Apesar da autora descrever uma escola inclusiva ideal, o que se percebe na prática é que essa escola perfeita no que se refere à inclusão, infelizmente ainda está longe de ser alcançada devido a uma realidade que se manifesta na falta de investimentos do Estado para o aperfeiçoamento das estruturas e qualificação de professores para lidarem com os alunos especiais.

#### **1.4 – Novo tipo de escola, novos tipos de alunos**

Na passagem da fase de integração escolar para a de inclusão, foi necessária a construção de uma nova perspectiva e novos conceitos acerca do que é deficiência e com isso surgiu uma nova forma de se caracterizar os alunos com necessidades educacionais especiais. O entendimento de que as deficiências consistiam somente nas limitações físicas, sensoriais, mentais ou múltiplas foi aperfeiçoado e atualmente essa concepção engloba também característica como altas habilidades, superdotação, dentre outras.

Das escolas segregadoras, especializadas em acolher somente as pessoas com necessidades educacionais especiais, perderam um pouco de sua utilidade à medida que as legislações impõem a inclusão de todos os alunos, inclusive os especiais, na educação regular, processo esse que não é tão simples, pois exige uma série de adaptações.

É necessário para isso um novo tipo de escola que acolha novos tipos de alunos, num ambiente comum onde a diversidade seja aproveitada para o crescimento e aperfeiçoamento daqueles envolvidos com a comunidade escolar.

Ao se abrirem as possibilidades para a inclusão de alunos com necessidades especiais na educação regular, promove-se a diversidade e com isso o aperfeiçoamento mútuo de alunos com e sem deficiência. Esse processo de crescimento está no fato das pessoas se envolverem num sentimento de ajuda mútua cultivando valores que tornam as pessoas melhores.

Entretanto, Stainback (1999) considera que a escola, os professores, os funcionários, enfim, a comunidade escolar em geral não está preparada para receber os alunos especiais, a despeito dos benefícios que essa convivência poderia trazer para todos.

Nesse sentido, Guimarães (2002) observa que algumas correntes acreditam

que apesar do paradigma da inclusão se encontrar presente em todos os tipos de discursos e ações da educação brasileira, deve-se considerar se uma criança que apresente uma deficiência de nível grave como a mental, por exemplo, irá conseguir acompanhar o restante da classe. É necessário questionar se ela terá o mesmo aproveitamento, se ela conseguirá atingir os mesmos resultados ou se ela ficará aquém das expectativas e marginalizada.

Se considerarmos a ciência e os conhecimentos tradicionais, será impossível enquadrar os alunos especiais numa perspectiva de diversidade, ou seja, para a lógica e padrões cartesianos um aluno com necessidades especiais de aprendizagem não apresentaria condições cognitivas para assimilar os conteúdos da mesma forma que os alunos normais.

Dessa forma, percebe-se que avaliar os alunos com necessidades educacionais especiais pelo prisma da educação tradicional não é o mais adequado ou sensato uma vez que as desigualdades e a diversidade devem ser analisadas e avaliadas através dos conceitos da teoria das inteligências múltiplas (GUIMARÃES, 2002).

De acordo com Stainback (1999), os sistemas avaliativos muito além de mensurarem os níveis de aprendizagem dos alunos servem também para evidenciar as falhas do próprio processo de ensino-aprendizagem desde as didáticas até as abordagens educativas adotadas pelos professores, inclusive indicando os pontos em que a escola deve se estruturar melhor.

Considerando a perspectiva da autora, ela adverte que essas formas de avaliações comparativas que se sustentam sobre tarefas previamente definidas e são aplicadas no intuito de quantificar a aprendizagem, a partir de uma relação de conteúdos curriculares lecionados, servem apenas para obstaculizar a consecução da tão esperada inclusão escolar (STAINBACK, 1999).

Para que a inclusão de alunos com necessidade educativas especiais se torne uma realidade que busca garantir o pleno desenvolvimento desses alunos, é necessário superar os paradigmas e os preconceitos reunindo professores, alunos, gestores e pais em torno do objetivo da inclusão a partir da superação dos obstáculos que esse processo de inclusão representa.

## **II – OBJETIVOS**

### **2.1 – Objetivo Geral**

O objetivo geral da pesquisa é conhecer o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

### **2.2 – Objetivos Específicos**

A operacionalização do objetivo geral ocorreu por meio dos seguintes objetivos específicos:

- Descrever o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em uma escola da educação regular;
- Verificar que tipos de adaptações são necessárias para que a escola da educação regular garanta a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais;
- Analisar a legislação relacionada à inclusão e se esta vem sendo observada na escola pesquisada;
- Realizar pesquisa qualitativa com profissionais de uma escola da educação regular sobre o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

### **III – METODOLOGIA**

#### **3.1 – Referencial Teórico Metodológico**

De acordo com Andrade (2003, p. 129) “metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. Portanto, é a metodologia que proporcionará um caminho seguro e confiável para a descrição e a explicação dos fenômenos relativos ao objeto de estudo, possibilitando um maior grau de cientificidade do estudo.

A presente pesquisa pode ser classificada, segundo seus objetivos, como exploratória e descritiva. Exploratória porque buscou o respaldo teórico relativo ao tema, por meio de autores que desenvolveram estudos nas áreas de interesse, buscando-se aumentar a compreensão da autora e dos futuros leitores sobre o tema proposto. A pesquisa descritiva teve como principal foco descrever o fenômeno investigado.

Segundo Gil (2010) a pesquisa exploratória busca a familiaridade com o problema, tornando-o mais claro e contribuindo para sua compreensão, enquanto a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Quanto à natureza, a pesquisa é considerada qualitativa, pois conforme Ruiz (2009), uma pesquisa qualitativa é utilizada para se determinar as razões e as características de um determinado fenômeno a partir da investigação do comportamento dos indivíduos no seu ambiente de atuação.

Também é classificada como pesquisa bibliográfica, pois utilizou material já publicado, como por exemplo, livros e artigos, como subsídio teórico (GIL, 2010).

Dessa forma, a pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa de campo, exploratória, descritiva, bibliográfica com uma análise qualitativa cujo instrumento utilizado para a coleta de dados foram roteiros de entrevista semi-estruturados.

#### **3.2 – Contexto da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública estadual localizada no município de Unaí-MG.

A escola participante oferece o Ensino Fundamental de 1º e 2º ciclos, Ensino

Médio e o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), atende um total de 853 alunos, destes apenas uma aluna possui deficiência. Esses alunos encontram-se distribuídos conforme as especificações a seguir.

No Ensino Fundamental de 1º Ciclo a Escola possui 01 (uma) turma de primeiro ano com 19 alunos; 02 (duas) turmas de segundo ano totalizando 43 alunos; 01 (uma) turma de terceiro ano com 21 alunos; 02 (duas) turmas de quarto ano com um total de 49 alunos; e 02 (duas) turmas de quinto ano totalizando 35 alunos. Para atender o primeiro ciclo do Ensino Fundamental a escola conta com 11 funcionários entre professoras, pedagoga, psicóloga e pessoal administrativo.

No Ensino Fundamental de 2º Ciclo a Escola possui 02 (duas) turmas de sexto ano com 69 alunos, numa das quais há uma aluna com necessidades educacionais especiais incluída; 02 (duas) turmas de sétimo ano com um total de 48 alunos; 01 (uma) turma de oitavo ano com 34 alunos; e 02 (duas) turmas de nono ano com 62 alunos. O atendimento desse ciclo do Ensino Fundamental é realizado por 20 profissionais.

O Ensino Médio possui 14 (quatorze) turmas com um total de 410 alunos e 150 profissionais para atendê-los, distribuídos em 1º ano com 03 (três) turmas de manhã e 02 (duas) à noite com 121 alunos no total. O 2º ano tem 02 (duas) turmas de manhã e outras 02 (duas) à noite com 129. E o 3º ano tem 03 (três) turmas de manhã e 02 (duas) à noite totalizando 160 alunos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) funciona com 02 (duas) turmas no período noturno com um total de 63 alunos e conta com o apoio de 12 profissionais.

Com relação aos recursos humanos, a Escola possui 13 profissionais em seu corpo administrativos; sua equipe pedagógica é composta por 04 profissionais; o corpo docente possui 193 professores; conta ainda com 02 bibliotecárias. Sua equipe de serviços gerais é composta por 17 funcionárias.

A Escola conta com um colegiado que participa da aprovação das contas, da administração escolar, da designação e avaliação dos professores, da elaboração do projeto pedagógico e da administração financeira da Escola.

Funcionando em prédio próprio, encontra-se em excelente estado de conservação devido à uma recente reforma, que inclusive proporcionou a cobertura da quadra de esportes da Escola.

A secretaria e a sala dos professores foram ampliadas para comportarem com maior conforto os funcionários e professores, não possui auditório; sua biblioteca

conta com um acervo que atende às necessidades dos alunos, professores além de abrir suas portas para toda comunidade escolar, trabalhando com um sistema de empréstimo de livros.

A sala de informática possui 35 computadores, sendo de uso restrito dos alunos; tem uma sala de recursos audiovisuais com data show, TV, DVD, aparelho de som, retroprojektor e microfone. Não possui laboratório para as aulas experimentais de química e física.

### **3.3 – Participantes**

A presente pesquisa contou com a participação da supervisora pedagógica da escola e também de uma professora que foi designada para acompanhar uma criança com deficiência intelectual incluída no 6º ano/9 da escola pública do ensino regular onde foi realizada a pesquisa.

A supervisora pedagógica tem 45 anos e já atua na rede pública de ensino há 9 anos sendo funcionária da escola pesquisada há 5 anos. Possui especialização em gestão escolar e trabalha nos períodos matutino e vespertino, cumprindo uma carga horária de 40 horas semanais. A supervisora será agora designada pela idade seguida da letra inicial de Supervisão, 45S.

A Professora Regente tem 30 anos, formada no curso de pedagogia e possui especialização na área de educação especial, identificada neste estudo como 30PR que representa a idade seguida das iniciais de Professora e Regente. Atua na educação há 5 anos e com educação especial já há 3 anos. Trabalha no período vespertino, numa turma de 6º ano e os motivos que a levou a trabalhar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais foi por ter habilidade com esses alunos, paciência e principalmente por gostar desse trabalho. Entretanto, a professora acredita que a inclusão não ocorre no seu ambiente de trabalho.

A experiência da 30PR com a educação especial é de 2 anos, período em que foram incluídos alunos com necessidades educacionais especiais na escola participante deste estudo. É especializada em gestão escolar, entretanto não possui curso específico para atuar com pessoas com necessidades especiais. Trabalha com alunos especiais, pois a escola possui uma aluna incluída que apresenta deficiência intelectual.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa foi realizada com as duas profissionais

acima caracterizadas com o objetivo de obter informações acerca do processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, como forma de promover a cidadania e garantir o acesso de todos os alunos à educação.

### **3.4 – Materiais**

Os recursos materiais utilizados no desenvolvimento da pesquisa foram 50 folhas de papel tipo A4, canetas, 1 computador portátil (notebook), 1 impressora HP LaserJet P1005, 1 cartucho de Toner para digitação e impressão do trabalho.

### **3.5 – Instrumento de Construção de Dados**

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados da pesquisa foram roteiros de entrevista semi-estruturados, que proporcionaram maior liberdade e flexibilidade das respostas.

Esses instrumentos foram organizados em três partes, onde a primeira voltou-se à identificação das participantes em relação à idade, formação e tempo de profissão. A segunda parte buscou informações sobre a experiência das profissionais pesquisadas com a inclusão e, por fim, abordou-se a opinião das participantes em relação às peculiaridades acerca do processo de inclusão e atendimento das demandas específicas por uma infra-estrutura adequada, relacionadas à educação inclusiva.

### **3.6 – Procedimento de Construção de Dados**

O procedimento de construção dos dados da pesquisa iniciou-se a partir do contato estabelecido com a gestora da instituição a partir da carta de apresentação (Apêndice A) de conteúdo explicativo sobre os motivos, importância e intenções da pesquisa.

Em seguida foi estabelecido contato com as duas participantes da pesquisa, a supervisora pedagógica da instituição e a professora do 6º ano/9, que foi designada para acompanhar exclusivamente a criança com deficiência intelectual incluída na instituição.

Apresentados às pesquisadas os objetivos e a relevância do trabalho, foi

solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexos B e C), sendo os roteiros (Apêndice A) de igual conteúdo, entregues para o preenchimento das questões com um prazo de três dias para que tivessem tranquilidade para responderem e não prejudicasse o trabalho das mesmas, sendo devolvidos devidamente preenchidos dentro do prazo estabelecido.

### **3.7 – Procedimentos de Análise de Dados**

Os dados levantados por meio dos roteiros de entrevista semi-estruturados foram analisados individualmente para que se pudesse compreender a perspectiva de cada profissional acerca dos processos de inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular.

Desse modo, a perspectiva de cada participante foi devidamente transcrita e analisada sob a luz do referencial teórico que subsidiou a pesquisa.



## **IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No presente capítulo são analisados os resultados das entrevistas realizadas com a supervisora pedagógica e com a professora que acompanha uma aluna com deficiência intelectual na escola pesquisada, com o objetivo de expor as suas opiniões acerca do processo de inclusão desses alunos no ensino regular.

As discussões foram feitas com base na literatura que compôs o referencial teórico de modo a subsidiar as respostas das profissionais pesquisadas e promover a compreensão da temática e dos objetivos do trabalho.

A primeira parte do roteiro de entrevista refere-se à descrição das participantes, cujos dados foram analisados e apresentados no item participantes. Lembramos que as participantes foram identificadas pela idade e pela função que exercem na escola.

### **4.1 – Análise das questões do Roteiro de Entrevistas com a Supervisora Pedagógica e com a Professora**

Para a realização da análise dos resultados das entrevistas com a Supervisora Pedagógica e com a Professora da Escola, as respostas foram expostas em quadros onde no cabeçalho encontra-se a questão e nas linhas subsequentes encontram-se as respostas das duas colaboradoras participantes da pesquisa. Após a abordagem de cada questão mais significativa, buscou-se agrupar os dados em duas grandes categorias: 1. Desafios da Inclusão e 2. Superação dos Desafios. Na primeira categoria, foram incluídas as questões 1, 2, 9 e 10 enquanto na segunda categoria, que consiste na superação dos desafios, foram agrupados os dados das questões 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

### **4.2 – Análise das questões relativas à categoria desafios da inclusão**

A primeira questão buscou investigar quais os principais desafios, dificuldades para a inserção do aluno com necessidades educacionais especiais na escola regular. Nota-se nas respostas que ambas participantes concordaram que diversos aspectos interferem no processo de inclusão. Ambas relacionam em suas respostas aspectos materiais e humanos. Assim, quando ponderam em relação à ausência de recursos

materiais e pedagógicos, atitudes como rejeição, preconceitos e a falta de socialização, concordam que tais aspectos prejudicam o processo de inclusão.

Questão 1. Quais as principais dificuldades para inserção do aluno com necessidades educacionais especiais na escola regular?	
45S	<i>Ainda hoje, nos deparamos com muitos obstáculos que dificultam essa inserção: barreiras arquitetônicas e atitudinais, falta de recursos humanos e materiais.</i>
30PR	<i>A falta de materiais pedagógicos, a aceitação dos colegas de sala onde alguns rejeitam e não gostam de socializar. A educação especial ainda não oferece meios para o professor trabalhar e a escola não disponibiliza os materiais necessários. Às vezes eu mesma tenho que confeccionar materiais de trabalho.</i>

A professora que trabalha diretamente com uma aluna que possui deficiência intelectual observou que a educação especial na Escola não oferece meios para que o professor trabalhe adequadamente. A aluna com deficiência parece ser da professora e não da escola e desta forma, necessita elaborar ela própria, materiais para trabalhar com a aluna com deficiência. Vale ressaltar que cabe ao professor especializado em parceria com o professor regente elaborar juntos os processos de adequação de materiais, de atividades e de conteúdo para o aluno com deficiência. Esta parceria está prevista nas diretrizes básicas da educação especial e na educação regular. Os dados revelam que esta parceria não ocorre no cotidiano da inclusão na escola participante e com esta professora.

Para Carvalho (2000), a compreensão do conceito de inclusão passa obrigatoriamente pela remoção de uma série de obstáculos que se impõem frente ao processo de ensino e aprendizagem.

Esses obstáculos iniciam-se nas próprias atitudes e comportamentos da comunidade escolar como um todo, alcançando a falta de adaptações na infraestrutura, aportando, segundo meu entendimento, na rotineira ausência de qualificação dos profissionais e na falta de materiais didáticos adequados que atendam as demandas dos alunos.

Ao serem questionadas se a escola disponibiliza condições e recursos para atender às necessidades de alunos com necessidades educacionais especiais, apresentaram respostas semelhantes, considerando que as condições e recursos oferecidos pela Escola são escassos ou mesmo não existem.

Questão 2. A escola disponibiliza condições e recursos para atender às necessidades de alunos com necessidades educacionais especiais?	
45S	<i>Em alguns aspectos sim, outros ficam a desejar.</i>
30PR	<i>Não oferece condições e nem sempre oferece recursos.</i>

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, no Art. 59 ressalta que:

**Art. 59.** Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 1996).

O que se observa é que as disposições legais estabelecem que o sistema de ensino deve assegurar as condições necessárias à inclusão, entretanto, a realidade que se apresenta na voz das colaboradoras é justamente o contrário dos preceitos legais.

Os tipos de dificuldades mais comuns no trabalho com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais foi o tema da questão 9.

Questão 9. Quais os tipos de dificuldades mais comuns no trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais?	
45S	<i>O número excessivo de alunos nas salas de aula (necessidade de redução), mobiliário inadequado, falta de adaptações arquitetônicas (para facilitar a acessibilidade), inexistência de uma equipe multidisciplinar.</i>
30PR	<i>A maior dificuldade do processo de inclusão é a aceitação tanto dos professores quanto dos alunos.</i>

Respondendo sobre estes aspectos, as colaboradoras observaram que salas com excesso de alunos, mobiliários inadequados, falta de acessibilidade barreiras, falta de equipe multidisciplinar que realize a inclusão dos alunos e, segundo a

professora, a falta de aceitação de professores e alunos comprometem a eficiência do trabalho com os alunos especiais.

Teorizando acerca das diretrizes da educação atual, Delors (2001) aponta que as maiores dificuldades para se trabalhar a inclusão está na necessidade de harmonização e aceitação das diferenças. De acordo com o autor, o processo de construção do conhecimento segue quatro princípios de aprendizagem fundamentais. Inicialmente o indivíduo tem que aprender a conhecer, ou seja, desenvolver os seus próprios instrumentos de compreensão. O indivíduo deve aprender a fazer, para que possa ter domínio de suas ações sobre o seu ambiente de atuação. Deve também aprender a viver juntos, com o objetivo de compartilhar com o seu semelhante as experiências da atividade humana. Por fim, deve aprender a ser que é o resultado da compilação dos outros três princípios de aprendizagem. Assim, os princípios de aprendizagem delineados pelo autor, podem habilitar os indivíduos no exercício da tolerância, ao cultivo do respeito às diversidades, estimular a solidariedade e possibilitar o trabalho em grupo.

Entretanto, percebe-se que a inclusão nessa escola ainda é uma prática que tem muito que amadurecer rumo à valorização e aceitação da diversidade característica básica do desenvolvimento humano.

A questão 10 buscou investigar o que o processo de inclusão trouxe de positivo para a comunidade escolar.

Questão 10. O que o processo de inclusão trouxe de positivo para a comunidade escolar?	
45S	<i>A escola precisa oferecer oportunidades de desenvolvimento de comportamentos e atitudes baseados na diversidade humana e nas diferenças individuais dos seus alunos. Quando alunos com e sem deficiência estudam juntos, eles se beneficiam com os estímulos uns com os outros.</i>
30PR	<i>A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais é muito importante uma vez que todos temos os mesmos direitos, porém, é um objetivo que está longe de ser alcançado devido às resistências e à discriminação que ainda se observa com relação a esses alunos.</i>

Na visão das colaboradoras a inclusão abriu a perspectiva da comunidade escolar para a diversidade humana e para as diferenças, no sentido de valorizá-las, uma vez que o contato direto com os alunos especiais pode ser benéfico para as duas

partes. Entretanto, apesar da consciência de que todos possuem os mesmos direitos garantidos pela constituição, esse objetivo da inclusão ainda sofre com restrições e discriminações de alguns e ainda está longe de se tornar realidade.

O processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na educação regular é importante para promover a diversidade, proporcionando o contato direto entre as diferenças que geralmente traz benefícios para todos, pois essa prática estimula a solidariedade e o cultivo de valores nobres frente as relações humanas (STAINBACK, 1999).

#### 4.3 – Análise das questões relativas à categoria superação dos desafios da inclusão

A terceira questão buscou saber de que forma os educadores podem auxiliar no processo de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais.

Questão 3. De que forma o professor pode auxiliar no processo de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais?	
45S	<i>Os educadores têm que ser mediadores nesse processo, devendo planejar suas ações para que os alunos caminhem em direção à autonomia, contribuindo com suas percepções esses educadores ajudarão no processo de descoberta e construção do conhecimento.</i>
30PR	<i>Os educadores podem apresentar sugestões de atividades diferentes, podem contribuir dialogando com o aluno especial, dar atenção e promover a interdisciplinaridade, ou seja, fazer com que o aluno especial se sinta importante.</i>

As colaboradoras apresentam um raciocínio bem parecido quando apontam para a promoção da autonomia, da interdisciplinaridade, da sensibilidade dos profissionais para incentivar as descobertas, maximizando, dessa forma, a construção do conhecimento.

De acordo com Sasaki (1998) os professores precisam desenvolver competências e capacidades que lhes habilitem transformar o processo ensino e aprendizagem com o objetivo da inclusão. Esta transformação implica na união de esforços com o objetivo de se efetivar as ações de inclusão a partir da mobilização e adequação de recursos materiais, de estratégias didáticas e dos sistemas avaliativos.

Aliado a esta prática é necessário que os professores desenvolvam competências na abordagem psicopedagógica dos processos de ensino e aprendizagem em relação aos alunos com deficiência.

Segundo o autor, é por meio do empenho e da dedicação dos profissionais da educação que a inclusão se tornará uma realidade palpável. No entanto, acreditamos que o processo da inclusão não é responsabilidade exclusiva do professor, mas de todo o sistema de ensino, pois a inclusão envolve o trabalho com a diversidade e não apenas com alunos com deficiência. Neste sentido, buscamos abordar a opinião das participantes em relação aos aspectos políticos da inclusão.

Questão 4. Qual a sua opinião com relação às políticas de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?	
45SP	<i>Muitas mudanças na nossa legislação trouxeram avanços significativos à respeito da inclusão desse público na sociedade, mas ainda é preciso que essas pessoas sejam reconhecidas pelo seu potencial e capacidade e não apenas pela sua condição física, sensorial ou intelectual. Muitos direitos foram conquistados mas nem sempre são respeitados.</i>
30PR	<i>Muitos aceitam, outros não. Algumas pessoas questionam a efetividade e a eficácia da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e consideram que as políticas de inclusão são inócuas, devendo o ensino ser seletivo nesse aspecto. Entretanto, existem aqueles que defendem o processo de inclusão desses alunos como forma de integrá-los no convívio social e educacional.</i>

Conforme se observa nas respostas, as colaboradoras não são unânimes em relação às políticas de inclusão. Enquanto a 45S acredita que houve avanços a 30PR pondera em relação à efetividade e eficácia da inclusão, afirmando que estas são inócuas. Ambas parecem salientar que o predomínio é o preconceito e os limites presentes nas pessoas com necessidades educacionais especiais. Destacam ainda a importância de se rever os preconceitos em relação à diversidade humana.

Nenhuma das participantes pondera que a partir de uma Lei é possível realizar as reivindicações necessárias para que a mesma seja cumprida. Neste sentido, a efetivação das políticas públicas no nosso ponto de vista depende do envolvimento de toda a comunidade escolar na defesa dos direitos da diversidade humana nos espaços públicos.

Assim sendo, as leis tem que ser efetivadas pelas instituições e pela sociedade para que possam concretizar tais direitos.

Segundo Carvalho (2000) para que as políticas públicas possam realmente sair do papel são necessárias medidas de âmbitos administrativo, financeiro e pedagógico. Estas medidas precisam garantir a plena efetivação dos direitos dos alunos especiais, ou seja, medidas capazes de proporcionar o acesso a uma escola sem discriminações, acolhedora e que ofereça recursos que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento.

Questionadas sobre o processo de adaptação dos alunos deficientes, as participantes responderam conforme o exposto abaixo.

Questão 5. Como se dá o processo de adaptação dos alunos com necessidades educacionais especiais?	
45SP	<i>Para que essas pessoas possam participar efetivamente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, são necessárias algumas adaptações curriculares, bem como disposição física de mobiliários, de materiais didáticos apropriados e também eliminação de barreiras físicas e atitudinais. Assim poderemos oferecer a adaptação necessária tanto na educação como num contexto geral.</i>
30PR	<i>Há muita facilidade em adaptar. O mais difícil são os outros. A aluna que eu acompanho socializa muito bem em todos os aspectos. Existem apenas as limitações por ser uma criança com necessidades educacionais especiais.</i>

Os enfoques presentes nas respostas das participantes são distintos. Enquanto a 45S enfatiza as adaptações curriculares, físicas, recursos, atitudes, a 30PR apresenta uma visão restrita para um caso específico. Pondera que “há muita facilidade em adaptar”, resta saber o que considera fácil na adaptação, pois, a mesma 30PR afirma que os desafios que enfrenta na inclusão são a falta de apoio, de recursos, de materiais, de socialização.

Portanto, há uma contradição na fala da referida participante. Talvez esta perspectiva nos alerta da importância do professor ter um apoio constante que possa ajudá-lo a rever conceitos em relação ao processo de ensino e aprendizagem em condições especiais.

Outro aspecto relevante presente na fala da 30PR refere-se ao comportamento e desempenho de sua aluna em relação à inclusão. 30PR observou que a sua aluna é extremamente receptiva e sociável, sendo que o maior problema são os outros. Não especifica quem são os outros, se são os alunos, professores, funcionários. Este dado leva à reflexão que parece que a inclusão fica restrita as

relações entre alunos e não destes com processos mais amplos de interação social.

Para Guimarães (2002), a adaptação dos alunos especiais somente será possível quando as escolas adaptarem os seus currículos, deixando-os mais flexíveis, dinâmicos possibilitando ampliações e alterações para que estes se adéquem às particularidades de todos os alunos.

A sexta questão investigou a importância da participação de pais, professores e gestores no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Questão 6. Qual a importância da participação de pais, professores e gestores no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?	
45SP	<i>A família é a base da sociedade e os pais devem participar do processo de inclusão cultural e social de seus filhos; devem estimular e incentivar ao máximo sua autonomia e crescimento juntamente com os profissionais buscando minimizar as dificuldades e propondo novas alternativas de aceitação e adaptação, transmitindo segurança e condições para enfrentar novos desafios.</i>
30PR	<i>Acredito que de extrema importância pois ajuda muito o professor a desempenhar o seu trabalho.</i>

As colaboradoras responderam que é de fundamental importância a participação e parceria da família. No entanto, nenhuma das participantes evidenciou a parceria da família no processo de inclusão presente na escola em que atuam. Ambas reconhecem que por um lado a família é a grande fomentadora do processo de socialização dos filhos. Por outro lado, a família é quem passa mais tempo com os filhos. Assim, havendo parceria entre escola, professor e família, podemos ampliar as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento de seus filhos.

Dessa forma, este suporte é indispensável para a estimulação, o incentivo à autonomia e ao desenvolvimento dos alunos sejam eles com ou sem deficiência. A parceria e a comunicação escola e família pode nutrir o sentimento de confiança, segurança e condições mais favoráveis para enfrentarem os desafios cotidianos.

De acordo com Rosal (2000, p. 128) a importância da participação da família parte do princípio de que:

É preciso que se dê condições aos professores, alunos, pais e a comunidade escolar como um todo. Não basta incluir, matricular o aluno especial na escola. É preciso que esteja claro para a comunidade escolar o modo como vai se processar a inclusão, que vai muito além de uma simples inserção



física, saber o que estamos querendo com essas crianças, o que ela espera de nós, quais são suas expectativas, que objetivos temos em relação a ela e para que e por que iremos formá-la no 1º e 2º Graus.

Percebe-se, portanto, que além da importante participação dos pais e mestres nesse processo, é necessário saber como se dará o processo de inclusão desse aluno, em que condições e responder aos por quês deste processo.

A sétima questão investiga a necessidade de adaptações na estrutura ou no processo ensino e aprendizagem para o acolhimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Questão 7. É necessária alguma adaptação na estrutura ou no processo ensino-aprendizagem para o acolhimento dos alunos com necessidades educacionais especiais?	
45SP	<i>A realização de adaptações curriculares é o caminho para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem associada à utilização de recursos didáticos variados.</i>
30PR	<i>São necessárias muitas adaptações. O mobiliário que acomoda os computadores devem ser adequados, as informações devem ser expostas com letras grandes, e os banheiros devem ser adaptados para acolher alunos com deficiências físicas. No processo de ensino-aprendizagem as atividades devem ser adaptadas aos alunos com necessidades educacionais especiais, pois, apesar de estarem numa instituição de ensino regular, devem ser observados como pessoas que necessitam um tratamento especial.</i>

Na perspectiva das colaboradoras, tais adaptações são importantes para deixar o ambiente apto para acolher os alunos. Essas adaptações devem ocorrer nos níveis curriculares, na infra-estrutura para garantir a acessibilidade desses alunos e nos processos ensino e aprendizagem com a adequação das atividades, avaliações e propostas pedagógicas as quais devem observar as condições especiais.

Uma perspectiva interessante acerca da relevância das adaptações na educação regular para se adequar aos processos de inclusão, é evidenciada no estudo de Raposo e Carvalho (2010, p. 160) que poderá:

Em grande parte dos casos apenas a geração de acessibilidade favorece a aquisição de informações e conhecimentos disponíveis para os demais alunos. Esses aspectos são cruciais para a sustentabilidade da educação inclusiva e tem impactos imediatos e mediatos na constituição dos sujeitos e dos espaços escolares

Pode-se considerar que o simples fato de adequar a estrutura para a acessibilidade já favorece o desenvolvimento de uma mentalidade para a diversidade dos alunos, gerando sustentabilidade para os princípios da educação inclusiva.

A questão 8 busca saber se são necessárias adaptações curriculares no ensino especial e quais seriam as mais importantes.

Questão 8. É necessária alguma adaptação curricular para o pleno desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais? Quais seriam essas adaptações curriculares? Cite as mais importantes.	
45SP	<i>São necessárias adaptações ou modificações do planejamento, objetivos, atividades, formas de avaliação, adaptações temporais. Tem que se ter um novo olhar no currículo como um todo ou em aspectos dele para atender as necessidades dos alunos.</i>
30PR	<i>Sim. São necessárias adaptações nas atividades propostas como por exemplo trabalhar em nível concreto as atividades abstratas e escritas, e principalmente, lançar mão de atividades lúdicas com o objetivo de melhorar a compreensão desses alunos.</i>

Segundo as colaboradoras, são necessárias diversas adaptações não somente nos currículos mas também do planejamento, dos objetivos, das atividades e formas de avaliações, trazer para o nível concreto as atividades abstratas e um aspecto interessante que é a utilização de atividades lúdicas para que os alunos especiais possam melhorar a compreensão dos conteúdos. A este respeito Raposo e Carvalho (2010, p. 160) destacam que:

No percurso escolar, as adaptações de elementos curriculares (objetivos, conteúdos, estratégias de ensino, tempo) podem ser requeridas para garantir o desenvolvimento da competência curricular e o êxito do desempenho acadêmico.

Portanto, o processo de inclusão requer uma série de adaptações para a garantia do desempenho acadêmico dos alunos especiais.

A última questão da entrevista buscou informações acerca do rendimento escolar, se o aluno com necessidades educacionais especiais consegue acompanhar o ritmo das aulas assimilando com facilidade os conteúdos.

Aferir o comportamento e desempenho escolar de um aluno especial incluído na educação regular pressupõe que a instituição possui os instrumentos adequados para realizar as avaliações. Acredita-se que existam metodologias diferenciadas para cada tipo de aluno.

Não se pode esperar que os alunos com necessidades educacionais específicas apresentem os mesmos resultados que os demais alunos. Por isso os métodos, a abordagem curricular, os processos avaliativos devem ser adaptados conforme as exigências e capacidades de cada grupo de alunos. Assim, o quadro 11 evidencia a visão das participantes nesse sentido.

Questão 11. Quanto ao rendimento escolar, o aluno com necessidades educacionais especiais consegue acompanhar o ritmo das aulas assimilando com facilidade os conteúdos?	
45SP	<i>Se comparado com o aluno considerado 'normal', isso não é possível. O seu rendimento vai depender da forma como o professor desenvolve o seu trabalho, ou seja, ele precisará lançar mão de várias estratégias, de mudanças metodológicas e criar um ambiente educativo mais rico que possa atender os alunos que apresentam dificuldades e que possa beneficiar todos os alunos da sala de aula.</i>
30PR	<i>Não. O processo de aprendizagem desses alunos é lento, pois as metodologias de ensino desenvolvidas para o ensino regular não conseguem abranger ou mesmo não consideram o trabalho com alunos da educação especial. Dessa forma, é indispensável o acompanhamento desses alunos por profissionais dedicados exclusivamente a eles.</i>

As respostas das colaboradoras sinalizaram no sentido de que comparativamente ao restante da turma, o aluno com deficiência não consegue acompanhar os conteúdos abordados na sala regular. Afirmam e justificam a não aprendizagem em função do processamento das informações ser distinto dos demais, “lento”. Além disto, ponderam que o desempenho depende muito da didática e das estratégias utilizadas pelo professor, das mudanças metodológicas e curriculares, uma vez que as estruturas da educação regular não foram previstas para o trabalho com alunos especiais.

Nesse sentido, faz-se necessária a criação de um ambiente educativo baseado na diversidade e que os alunos especiais possam contar com o suporte de professores com dedicação exclusiva à eles.

Com relação ao rendimento escolar em uma turma do ensino regular que possui alunos especiais incluídos pode-se considerar que a prática pedagógica é fruto de um complexo paradoxo com relação às melhorias da qualidade do ensino e do rendimento escolar visando a superação do fracasso escolar. Esse paradoxo decorre da própria inclusão, pois, ao mesmo tempo em que esse processo busca a igualar os indivíduos, seus métodos de aferição de desempenho torna explícita as

desigualdades e diferenças (CARMO, 2001 *apud* RIBEIRO; MIETO; SILVA, 2010).

Portanto, o problema do rendimento dos alunos especiais incluídos no ensino regular encontra-se na falta de métodos e critérios específicos aplicáveis para a avaliação da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais específicas. A submissão deles ao mesmo sistema avaliativo, geralmente apresentará uma considerável defasagem com relação aos alunos normais.

## **V – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo buscou analisar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Justifica-se por prover a pesquisadora à compreensão e ao uso de técnicas metodológicas necessárias à composição do conhecimento científico, bem como dando o suporte para uma melhor compreensão do tema abordado.

A fundamentação teórica da pesquisa proporcionou uma aproximação com uma série de autores e disposições legais que foram essenciais como suporte teórico para a estruturação do estudo. Em relação ao método, o estudo é considerado qualitativo. Tendo sido realizado em uma escola pública da educação regular que possui uma aluna incluída no sexto ano da segunda etapa do Ensino Fundamental. Esta aluna, que possui deficiência intelectual, é acompanhada pela professora participante da pesquisa designada para acompanhar e dar apoio exclusivo à aluna.

Considerando os resultados da pesquisa realizada com as duas colaboradoras (Supervisora Pedagógica e Professora), concluiu-se que a temática sobre inclusão ainda possui uma série de fatores que a prejudicam, como a efetividade das políticas de inclusão, uma vez que disposições legais regulamentam, entretanto, não são colocadas em prática as determinações. Exige-se que os alunos especiais sejam incluídos no ensino regular, mas a escassez de recursos materiais, pedagógicos e acessibilidade prejudicam o processo de inclusão.

A despeito dessa falta de estrutura, as colaboradoras fazem o que podem para promoverem a autonomia, a interdisciplinaridade e a multiplicidade para garantirem a construção do conhecimento e salientam que as políticas de inclusão são inócuas e que precisam ser efetivadas pelas instituições e pela sociedade para que possam garantir os direitos aos alunos especiais.

A pesquisa revelou que a adaptação dos alunos especiais depende em

grande parte das adaptações da infra-estrutura, dos recursos materiais, didáticos, do comportamento e aceitação da comunidade escolar para com esses alunos, tornando o ambiente apto para acolhê-los. Nesse aspecto, a participação direta dos pais e profissionais da educação é fundamental para o sucesso dos processos de ensino e aprendizagem, estimulando, incentivando a autonomia e o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais num ambiente de inclusão.

As colaboradoras ressaltaram que são indispensáveis alterações no planejamento, nos objetivos, nas atividades e formas de avaliação além da adoção de métodos lúdicos para facilitar a compreensão dos conteúdos pelos alunos especiais.

Quanto às principais dificuldades para se trabalhar com os alunos especiais podem ser citadas a superlotação das salas de aula, falta de um mobiliário adequado, problemas de acessibilidade, a falta de uma equipe multidisciplinar para promover a integração dos alunos e a persistente falta de aceitação (discriminação) de alguns com relação a esses alunos.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, a inclusão abriu a percepção de todos para o valor e importância da diversidade como fonte de desenvolvimento mútuo e respeito às diferenças. A aguardada inclusão dependerá de novos métodos e processos avaliativos que contemplem as capacidades e particularidades de cada tipo de aluno, uma vez que a mensuração do rendimento entre alunos 'normais' e especiais, não pode seguir os mesmos métodos com pena de se transformar em mais um mecanismo de segregação e evidenciação das diferenças.

## REFERENCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: Elaboração de Trabalhos na Graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)> Acesso em 30 set. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em 25 out. 2015.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras de aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, set./2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc\\_download&gid=424&Itemid](http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=424&Itemid) => Acesso em 30 set. 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas**. (1994) Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 29 set. 2015.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 2001.

DEMO, Pedro. **Conhecer e aprender: sabedoria dos limites e desafios**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FONSECA, Vítor. **Educação Especial: Programa Estimulação Precoce**. Porto Alegre: ATMEA, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GUIMARÃES, Tânia Mafra. **Educação inclusivas, construindo significados novos para a diversidade**. Belo Horizonte, Secretária de Estado da Educação de Minas Gerais, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1989.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. São Paulo: Papirus, 1997.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Programa de ação mundial para as**

**peçoas com deficiência.** 1983. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/w6pam.htm>> Acesso em 30 set. 2015.

RAPOSO, Patrícia Nunes; CARVALHO, Erenice Natália S. A pessoa com deficiência visual na escola. *In*: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silvine. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar.** Brasília: Editora UnB, 2010. Disponível em: <<http://www.ead.unb.br/moodle2013/course/view.php?id=9>> Acesso em 25 out. 2015.

RIBEIRO, Júlia Cristina Coelho; MIETO, Gabriela; SILVA, Daniele Nunes Henrique. A produção do fracasso escolar. *In*: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silvine. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar.** Brasília: Editora UnB, 2010. Disponível em: <<http://www.ead.unb.br/moodle2013/course/view.php?id=9>> Acesso em 26 out. 2015.

ROSAL, Fátima Berretta. **Escola regular de ensino:** um desafio à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. (Dissertação de Mestrado) Especialização em Alfabetização e Ensino Básico. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2000. Disponível em: <[http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/06\\_12\\_2011\\_9.45.34.424bf223f079165b3b640d4c6fbbed084.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/06_12_2011_9.45.34.424bf223f079165b3b640d4c6fbbed084.pdf)> Acesso em 10 out. 2015.

RUIZ, J. A. **Metodologia Científica:** guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Educação Especial.** Rio de Janeiro: Editora WVA, 1998.

STAINBACK, Susan. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: ATMEA, 1999.

## APÊNDICES



**A – Questionário para a Supervisora Pedagógica**

Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IPDEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO – PED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLARUNIVERSIDADE  
ABERTA DO BRASIL

Prezada Supervisora Pedagógica.

O presente roteiro de entrevista é o instrumento de coleta de dados para subsidiar a pesquisa de campo do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é “Inclusão de alunos com deficiência na escola regular” e seria de grande relevância contar com sua colaboração no preenchimento desse instrumento.

É importante que as informações sejam prestadas com o máximo de sinceridade, sendo que tais informações serão utilizadas somente para fins dessa pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Kelly Aparecida Mani de Melo.

**DADOS PESSOAIS**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Local em que trabalha: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência com Educação Especial: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência como Supervisora Pedagógica: \_\_\_\_\_

Curso(s) de formação específica para atuar com pessoas com necessidades especiais? \_\_\_\_\_ Qual(is) \_\_\_\_\_

Você acredita que a inclusão acontece no seu ambiente de trabalho? \_\_\_\_\_

Qual sua relação com a Educação Inclusiva:

- ( ) Sou gestora
- ( ) Sou professora da sala de recursos
- ( ) Sou professora
- ( ) Sou mãe de aluno atendido pela sala de recursos

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Quais as principais dificuldades para inserção do aluno com necessidades educacionais especiais na escola regular?

---

---

---

---

2. A escola disponibiliza condições e recursos para atender às necessidades de alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

3. De que forma os educadores podem auxiliar no processo de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

4. Qual a sua opinião com relação às políticas de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

5. Como se dá o processo de adaptação dos alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

6. Qual a importância da participação de pais, professores e gestores no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

7. É necessária alguma adaptação na estrutura ou no processo ensino-aprendizagem para o acolhimento dos alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

8. É necessária alguma adaptação curricular para o pleno desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais? Quais seriam essas adaptações curriculares? Cite as mais importantes.

---

---

---

---

9. Quais os tipos de dificuldades mais comuns no trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

10. O que o processo de inclusão trouxe de positivo para a comunidade escolar?

---

---

---

---

11. Quanto ao rendimento escolar, o aluno com necessidades educacionais especiais consegue acompanhar o ritmo das aulas assimilando com facilidade os conteúdos?

---

---

---

---

**B – Questionário para a Professora**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP



DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO – PED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR

Prezada Professora.

O presente roteiro de entrevista é o instrumento de coleta de dados para subsidiar a pesquisa de campo do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é “Inclusão de alunos com deficiência na escola regular” e seria de grande relevância contar com sua colaboração no preenchimento desse instrumento.

É importante que as informações sejam prestadas com o máximo de sinceridade, sendo que tais informações serão utilizadas somente para fins dessa pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Kelly Aparecida Mani de Melo.

## DADOS PESSOAIS

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Local em que trabalha: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência com Educação Especial: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência como Professora: \_\_\_\_\_

Curso(s) de formação específica para atuar com pessoas com necessidades especiais? \_\_\_\_\_ Qual(is) \_\_\_\_\_

Qual foi o motivo que a levou a trabalhar com alunos com necessidades especiais?

\_\_\_\_\_

Você acredita que a inclusão acontece no seu ambiente de trabalho? \_\_\_\_\_

Qual sua relação com a Educação Inclusiva:

- ( ) Sou gestora
- ( ) Sou professora da sala de recursos e/ou de apoio
- ( ) Sou professora
- ( ) Sou mãe de aluno atendido pela sala de recursos

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Quais as principais dificuldades para inserção do aluno com necessidades educacionais especiais na escola regular?

---

---

---

---

2. A escola disponibiliza condições e recursos para atender às necessidades de alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

3. De que forma os educadores podem auxiliar no processo de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

4. Qual a sua opinião com relação às políticas de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

5. Como se dá o processo de adaptação dos alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

6. Qual a importância da participação de pais, professores e gestores no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

7. É necessária alguma adaptação na estrutura ou no processo ensino-aprendizagem para o acolhimento dos alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

8. É necessária alguma adaptação curricular para o pleno desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais? Quais seriam essas adaptações curriculares? Cite as mais importantes.

---

---

---

---

9. Quais os tipos de dificuldades mais comuns no trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

---

10. O que o processo de inclusão trouxe de positivo para a comunidade escolar?

---

---

---

---

11. Quanto ao rendimento escolar, o aluno com necessidades educacionais especiais consegue acompanhar o ritmo das aulas assimilando com facilidade os conteúdos?

---

---

---

---

## ANEXOS

## A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Supervisora Pedagógica



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO – PED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR



UNIVERSIDADE  
ABERTA DO BRASIL

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhora Supervisora Pedagógica,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil – Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre a “*Inclusão de alunos com deficiência na escola regular.*” A relevância do presente estudo está na possibilidade de se promover condições mais favoráveis para a inclusão e desenvolvimento tanto de alunos com necessidades educacionais especiais quanto dos professores, gestores e toda a comunidade escolar.

A pesquisa tem como objetivo conhecer o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e, portanto, é indispensável a vossa autorização para participar do estudo.

Devo esclarecer que a vossa participação é voluntária e não onerosa, podendo desistir de participar a qualquer momento que desejar. Sua identidade será preservada e os dados obtidos com o instrumento de pesquisa serão utilizados somente para subsidiar a pesquisa.

Caso restem dúvidas acerca do estudo ou de sua participação, poderá entrar em contato comigo por meio do telefone \_\_\_\_\_ ou através do e-mail. \_\_\_\_\_  
Interessando-se pelos resultados da pesquisa, por favor, forneça seu e-mail para contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Kelly Aparecida Mani de Melo

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,  
Educação e Inclusão Escolar - UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

e-mail (opcional): \_\_\_\_\_



**B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professora**

Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IPDEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO – PED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLARUNIVERSIDADE  
ABERTA DO BRASIL**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhora Professora,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil – Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre a “*Inclusão de alunos com deficiência na escola regular*.” A relevância do presente estudo está na possibilidade de se promover condições mais favoráveis para a inclusão e desenvolvimento tanto de alunos com necessidades educacionais especiais quanto dos professores, gestores e toda a comunidade escolar.

A pesquisa tem como objetivo conhecer o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e, portanto, é indispensável a vossa autorização para participar do estudo.

Devo esclarecer que a vossa participação é voluntária e não onerosa, podendo desistir de participar a qualquer momento que desejar. Sua identidade será preservada e os dados obtidos com o instrumento de pesquisa serão utilizados somente para subsidiar a pesquisa.

Caso restem dúvidas acerca do estudo ou de sua participação, poderá entrar em contato comigo por meio do telefone \_\_\_\_\_ ou através do e-mail \_\_\_\_\_. Interessando-se pelos resultados da pesquisa, por favor, forneça seu e-mail para contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Kelly Aparecida Mani de Melo

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,  
Educação e Inclusão Escolar - UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

e-mail (opcional): \_\_\_\_\_

## C – Carta de Apresentação



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP



DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO – PED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR

---

À Diretora:

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor(a), Diretor(a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, membros da administração, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica reflexiva e transformadora, tendo como consequência o aperfeiçoamento de suas competências para trabalharem com a educação inclusiva.

O trabalho vem sendo realizado pela Professora/cursista Kelly Aparecida Mani de Melo, sob orientação da Dra. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento, cujo tema é: *Inclusão de alunos com deficiência na escola regular*, e deve ser subsidiado por uma pesquisa de campo que, espera-se, possa ser desenvolvido nesta escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me à disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefones: (061) 3107-6831 (Secretaria).

Atenciosamente,

**Diva Albuquerque Maciel**

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,  
Educação e Inclusão Escolar